

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo

CNPJ: 61.699.567/0011-64



Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM – Associação Paulista Para o Desenvolvimento Da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM – Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2.023.

São Paulo, 28 de Fevereiro de 2.023.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais					
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	
Ativo			Passivo Circulante	43.503.549,80	29.638.909,28	Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições (Nota 4)	13.806.740,04	13.785.921,64
Ativo Circulante	42.728.236,70	28.863.117,58	Fornecedores (Nota 3.8)	95.975,70	63.936,23	Secretaria de Saúde do Estado – Convênios (Nota 4.1)	11.487.247,17	11.404.658,61
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	39.985,40	3.438,61	Serviços de Terceiros P. Física/Jurídica (Nota 3.9)	925.373,82	595.132,71	Isonção usufruída - INSS Serv. Próprios (Nota 9.1)	1.788.482,18	1.846.839,70
Bancos conta movimento	4.174,82	361,11	Salários a pagar (Nota 3.10)	369.417,90	402.876,12	Isonção usufruída - INSS Serv. Terceiros (Nota 9.2)	3.164,00	0,00
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	35.810,58	3.077,50	Contribuições a recolher (Nota 3.11)	93.837,70	95.336,47	Isonção usufruída – COFINS (Nota 9.3)	344.617,41	342.139,76
Contas a Receber (Nota 3.3)	12.258.000,00	12.258.000,00	Provisão de férias (Nota 3.12)	632.895,81	621.061,97	Isonção usufruída – PIS (Nota 9.4)	65.229,26	66.493,36
Valor a receber – Secretaria de Estado da Saúde (Nota 3.3.1)	12.258.000,00	12.258.000,00	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.12)	50.363,52	49.531,64	Trabalhos Voluntários Estatutários (Nota 10)	2.215,21	1.908,86
Outros Créditos (Nota 3.4)	2.770.386,86	2.786.698,54	Impostos a recolher (Nota 3.13)	77.861,89	84.015,02	Outras Receitas Operacionais	115.784,81	123.881,35
Antecipação de Salários (Nota 3.4.1)	483,40	961,20	Benefícios	3.375,51	4.375,99	(+) Outras Receitas com Restrições	25.561,69	99.429,99
Antecipação de Férias (Nota 3.4.2)	49.206,46	45.742,34	Obrigações Tributárias (Nota 3.14)	21.986,79	31.501,21	Descontos Recebidos	24.520,39	8.701,47
Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.3)	2.720.697,00	2.739.995,00	Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (Nota 3.15)	24.043,21	23.490,42	Financeiras	187,13	0,00
Despesas Pagas Antecipadamente (Nota 3.5)	4.332,66	15.887,02	Outras Contas a Pagar (Nota 3.16)	727.372,72	3.132.068,45	Doações Recebidas em Mercadorias (Nota 4.3)	854,17	90.728,52
Prêmios de seguros e outros a vencer	4.332,66	15.887,02	Convênios públicos a realizar (Nota 3.17)	12.947.758,47	10.904.942,35	(=) Receita Líquida Custos e Despesas	13.832.301,73	13.885.351,63
Estoques (Nota 3.6)	27.655.531,78	13.799.093,41	Obrigações c/ Mat. de Terceiros (Nota 3.6.1)	27.533.286,76	13.630.640,70	(-) Custos Operacionais com Restrições (Nota 4.2)	6.397.802,43	7.631.551,60
Materiais de Nutrição	11.648,81	11.403,07	Passivo Não Circulante	75.206,32	57.831,16	(-) Serviços - Pessoal Próprio	4.928.955,37	5.997.708,90
Materiais de Farmácia	1.030,66	2.048,81	Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 3.7)	75.206,32	57.831,16	(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	10.450,20	9.510,00
Materiais de Almoarifado	109.565,55	155.000,83	Obrigações - Bens Móveis de Terceiros (Nota 3.7)	827.703,63	795.295,75	(-) Mercadorias	192.022,49	184.702,12
Materiais de Terceiros (Nota 3.6.1)	27.533.286,76	13.630.640,70	Ajustes vida útil econômica- Bens Móveis de Terceiros (Nota 3.7.1)	(752.497,31)	(737.464,59)	(-) Isonção usufruída (Nota 9)	1.266.374,37	1.439.630,58
ATIVO NÃO CIRCULANTE	75.206,32	58.309,76	Total do Passivo	43.578.756,12	29.696.740,44	(-) Despesas Operacionais (Nota 4.2)	7.434.499,30	6.253.800,03
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 3.7)	75.206,32	58.309,76	Patrimônio Líquido (Nota 5)	(775.313,10)	(775.313,10)	(-) Serviços - Pessoal Próprio	3.636.237,65	2.621.555,19
Bens Móveis (Nota 3.7)	812.303,63	780.374,35	Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	2.615.196,31	2.515.814,99
Ajuste vida útil - bens terceiros (Nota 3.7.1)	(737.097,31)	(722.064,59)	Resultado de Exercícios Anteriores	(775.313,10)	(775.313,10)	(-) Mercadorias	147.740,68	147.740,77
Ativo Intangível	0,00	0,00	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	42.803.443,02	28.921.427,34	(-) Financeiras	137.770,35	135.487,65
Intangível de Terceiros	15.400,00	15.400,00				(-) Tributos	2.968,74	2.469,53
Ajuste vida útil - Intangíveis terceiros (Nota 3.7.1)	(15.400,00)	(15.400,00)				(-) Despesas – Bens Permanentes de Terceiros	32.407,88	12.980,80
Total do Ativo	42.803.443,02	28.921.427,34				(-) Isonção usufruída (Nota 9)	935.118,48	815.842,24

Descrição	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 5) - Valores em Reais					
	Nota	Patrimônio Social	Reservas Reavaliação	Avaliação Patrimonial	Acumulado Do Exercício	Total
Saldo em 31/12/2020	(5)	0,00	0,00	0,00	(775.313,10)	0,00
Incorporação ao Patrimônio Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Recebidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização da Reserva de Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste de Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / (Déficit) do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31/12/2021	(5)	0,00	0,00	0,00	(775.313,10)	0,00
Incorporação ao Patrimônio Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Recebidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização da Reserva de Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste de Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / (Déficit) do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31/12/2022	(5)	0,00	0,00	0,00	(775.313,10)	0,00

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e no município de sua sede, respectivamente pelos decretos nos 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretoria primordial da Associação é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento, prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Com o crescimento Institucional, a SPDM vem expandindo sua área de atuação com projetos, em desenvolvimento, na área da Assistência Social e na área Educacional. Toda essa gama de atividades consolidada, cada vez mais, a SPDM como uma instituição filantrópica de grande porte, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil, visando principalmente garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, atua na área da assistência social e promove formação e treinamento na área da saúde entre outros.

Características da Unidade Gerenciada: O Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo, é composto por 02 Farmácias de Dispensação de Medicamentos Excepcionais: 01 no município de São Paulo (FME Várzea do Carmo), referência para pacientes transplantados, renais crônicos e portadores de endometriose, e 01 no município de Guarulhos (FME Guarulhos), a qual além de atender a demanda de todo município, dispensa medicamentos para 11 Clínicas de Repouso, 02 Hospitais Regionais. Para melhor dispensação dos medicamentos a Farmácia de Medicamentos Especializados Várzea do Carmo, dispõe do "Programa Remédio Agora", que se trata de um aplicativo (APP) que permite que os pacientes agendem a data e o horário para retirada dos medicamentos, confirme e reagendem a presença nos atendimentos além de poder verificar a disponibilidade dos medicamentos. Tem como atividade principal a prestação de serviços de assistência farmacêutica, regendo-se por Convênios com a SES e pela legislação aplicável. Em 02 de Maio de 2006, a SPDM assumiu sua gestão, por meio de parceria com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo com a missão de oferecer serviços de assistência farmacêutica, em conformidade com os critérios das boas práticas de farmácias e diretrizes estabelecidas pelos Programas de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde (MS) e Secretaria Estadual de Saúde (SES) com qualidade e comprometimento socioambiental, buscando o aprimoramento contínuo do atendimento e das pessoas. Objetivando a continuidade dos atendimentos, a SPDM em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo firmou o Convênio 55/2021, assinado em 31/03/2021 no valor global de R\$ 13.620.000,00 (Treze Milhões e Seiscentos e Vinte Mil Reais) com vigência em 30/09/2023, tendo por objetivo incorrer despesas com Custeio -Pagamento de prestação de serviços terceirizados, aquisição de material de consumo, recursos humanos, contratos e utilidade pública, para atendimento aos usuários da Farmácia de Medicamentos Excepcionais dos Municípios de São Paulo (Várzea do Carmo) e Guarulhos.

1 - Imunidade Tributária: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no Art. 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e Artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de Outubro de 1988.

1.1 Isenção Tributária e Característica da Isenção: A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com a Lei Complementar nº 187, de 16 de Dezembro de 2021, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, apresentando as seguintes características: A Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • A Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contrapartida); • Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • Há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais.

2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2022, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elabora suas demonstrações em observância às práticas contábeis

adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - (R1) e suas alterações referentes a Entidades sem Finalidade de Lucros, a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em Notas Explicativas para esse tipo de Entidade. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, são segregadas as informações referentes à Área da Saúde, Área Social e Área Educacional nos termos do artigo 6º da Lei Complementar 187/2021 e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - (R1), sendo que os valores que têm por origem recursos públicos e os recursos próprios.

2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - ITG 2000 (R1) e CTG 2001 (R3): As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define as formalidade da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A entidade apresenta seus documentos e livros contábeis em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que exige a apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) para as pessoas jurídicas imunes e isentas, incluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e balanços, assinados digitalmente com certificado digital, a fim de garantir a autoria, autenticidade, integridade e validade jurídica do documento digital.

2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo - Rua Leopoldo Miguez, 327 - Cambuci, São Paulo - SP CEP 01518-020 - CNPJ nº 61.699.567/0011-64.

3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações: Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de Lucros, e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas.

3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2022 o montante de R\$ 39.985,40.

	R\$	31.12.2021	31.12.2022
Caixa e Saldos em Bancos		4.174,82	361,11
Aplicação Financeira de Curto Prazo		35.810,58	3.077,50
Caixa e Equivalentes de Caixa		39.985,40	3.438,61

3.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação *	Nº do Depósito	Rentabilidade (% am)	Saldo em 31.12.2022 em R\$
Banco Bradesco	CDB/RDB 22080-9	1262778520978	100 %	R\$ 2.156,50
Banco do Brasil	CDB/RDB 101227-4	3710049757574	92 %	R\$ 23.617,56
Banco do Brasil	CDB/RDB 105006-0	2910049960357	92 %	R\$ 10.036,52
Saldo contabilizado em Aplicações Financeiras em 31.12.2022				R\$ 35.810,58

(*) A instituição mantém esforços para operar com as melhores taxas disponíveis na instituição financeira.

3.3 - Contas a Receber: A prática contábil adotada é o regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistsências Governamentais e a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade passou a constituir

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Descrição	2022	2021
Fluxos de Caixa das atividades operacionais		
Superávit/Déficit do exercício/período	0,00	0,00
Ajustes p/Conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	0,00	0,00
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	0,00	(9.080.000,00)
(Aumento) Redução outros créditos	16.311,68	(2.153.633,76)
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	11.554,36	2.385,48
(Aumento) Redução em estoques	46.360,86	(31.779,45)
Aumento (Redução) em fornecedores	358.745,25	250.601,66
Aumento (Redução) nas doações e subvenções / Convênios	2.042.816,12	8.914.827,47
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(2.439.720,08)	2.010.021,58
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	17.375,16	2.282,29
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	53.443,35	(85.294,73)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Adição de Bens de Terceiros	(16.896,56)	(2.760,89)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(16.896,56)	(2.760,89)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	0,00	0,00
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	36.546,79	(88.055,62)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente	3.438,61	91.494,23
Saldo Final de Caixa e Equivalente	39.985,40	3.438,61

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2022	2021
1 - Receitas	13.807.594,21	13.876.650,16
1.1) Prestação de serviços	11.605.247,19	11.530.448,82
1.2) Outras Receitas	854,17	90.728,52
1.3) Isonção usufruída sobre contribuições	2.201.492,85	2.255.472,82
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	2.354.291,45	2.311.815,27
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	192.022,49	184.702,12
2.2) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	2.000.377,47	1.978.644,70
2.3) Perda/ recuperação de valores ativos	32.407,88	12.980,80
2.4) Outros	129.483,61</	

Continuação **3.3.1 - Valores a Receber:** O saldo registrado nesta conta representa recebíveis de curto prazo (CP), relativos aos Convênios 734/2016 e 55/2021, celebrados entre a SPDM e a Secretária de Saúde do Estado de São Paulo. Em 31.12.2022 os valores a receber representam o montante de R\$ 12.258.000,00.

Valores a Receber em 31.12.2022 (Em Reais)			
Origem/Tipo/Natureza do Recurso	Vencidos	A Vencer	Saldo em 31.12.2022
Convênio nº 734/2016 - Recurso Estadual (Custeio)	2.043.000,00	-	2.043.000,00
Convênio nº 055/2021 - Recurso Estadual (Custeio)	-	10.215.000,00	10.215.000,00
Total a Receber	2.043.000,00	10.215.000,00	12.258.000,00

3.4 - Outros Créditos: São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 - Antecipação Salarial:** Os valores registrados nesta conta representam antecipações realizadas a títulos rescisórios ou por força da legislação trabalhista (CLT). **3.4.2 - Antecipação de Férias:** A Instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.3 - Outros créditos e adiantamentos:** Representam valores a títulos de créditos que não se enquadram em grupos anteriores, relativo a contas de curto prazo, assim como as demais contas do Ativo Circulante, tais adiantamentos são efetuados de modo a garantir a manutenção da rede assistencial da unidade gerenciada. **3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores cujos benefícios serão usufruídos também no decorrer do exercício principalmente, respeitando o Princípio da Competência. Para atender medidas preventivas adotadas

Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2021	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2022
Imobilizado - Bens de Terceiros	780.374,35	31.929,28	(0,00)	812.303,63
Bens Móveis	780.374,35	31.929,28	(0,00)	812.303,63
Apar Equip Utens. Med Odont. Lab	780,58	0,00	(0,00)	780,58
Equip. Proteção/Segurança/Socorro	13.014,60	0,00	(0,00)	13.014,60
Equip Processamento de Dados	99.851,46	14.234,33	(0,00)	114.085,79
Mobiliário em Geral	392.196,85	600,00	(0,00)	392.796,85
Máquinas Utens e Equip Diversos	199.100,28	468,00	(0,00)	199.568,28
Aparelho de Medição	1.403,88	0,00	(0,00)	1.403,88
Aparelhos de Equip Comunicação	8.756,59	0,00	(0,00)	8.756,59
Aparelhos e Utensílios Domésticos	31.555,87	6.484,00	(0,00)	38.039,87
Maq. e Equip de Natureza Industrial	21.989,75	0,00	(0,00)	21.989,75
Equip. P/ Áudio Vídeo e Foto	11.724,49	10.142,95	(0,00)	21.867,44
Intangível - Bens de Terceiros	15.400,00	0,00	(0,00)	15.400,00
Softwares	15.400,00	0,00	(0,00)	15.400,00

Descrição	Posição em 31/12/2021	Ajuste de Vida Útil	Posição em 31/12/2022	Taxas anuais médias de Ajuste
Ajuste de Vida Útil Acumulada de Bens de Terceiros	(722.064,59)	0,00	(737.097,31)	%
Bens Móveis	(722.064,59)	0,00	(737.097,31)	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(715,22)	0,00	(715,22)	10
Equip Proteção/Segurança/Socorro	(12.994,09)	0,00	(12.994,09)	10
Equip Processamento de Dados	(91.535,73)	0,00	(91.535,73)	20
Mobiliário em Geral	(379.641,10)	0,00	(379.641,10)	10
Máquinas Utens e Equip Diversos	(171.559,17)	0,00	(171.559,17)	10
Aparelho de Medição	(1.403,88)	0,00	(1.403,88)	10
Aparelhos de Equip Comunicação	(8.676,51)	0,00	(8.676,51)	10
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(22.875,94)	0,00	(22.875,94)	10
Maq. e Equip de Natureza Industrial	(21.554,96)	0,00	(21.554,96)	10
Equip p/ Áudio Vídeo e Foto	(11.107,99)	0,00	(11.107,99)	10
Intangível - Ajuste Vida útil Econômica de Bens de Terceiros	(15.400,00)	0,00	(15.400,00)	Anual (%)
Softwares	(15.400,00)	0,00	(15.400,00)	20

3.7.1 - Ajuste Vida Útil Econômica - Bens Móveis: A instituição efetua o ajuste de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota Explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.8 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais e serviços adquiridos no curso normal das atividades. O prazo médio de pagamento é de aproximadamente 90 dias. **3.9 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte, relacionados a contratos de prestação de serviços, tais como: limpeza e conservação, segurança e vigilância, portaria, manutenções, utilidade pública, assessoria técnica e jurídica etc.

3.10 - Salários a Pagar: De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS, sendo reconhecidos obedecendo ao princípio da competência. Eles são recolhidos mensalmente em suas respectivas datas de vencimento, ou seja, INSS até o dia 20 e FGTS até o dia 07 do mês subsequente, conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias úteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior à data limite.

3.12 - Provisão de Férias e Encargos: Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas. **3.13 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS, os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 e ISS até o dia 10 do mês subsequente (PMSP), conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias úteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior à data limite. **3.14 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 2022 totalizou R\$ 21.986,79. **3.15 - Empréstimos Funcionários:** Conforme Lei 10.820 de 17/12/2003 são empréstimos consignados realizados por Instituições Financeiras a funcionários mediante anuência da Entidade, com pagamentos indiretos cujas parcelas são deduzidas diretamente da folha de pagamento. Em atendimento a legislação vigente a unidade gerenciada oferece a seus funcionários créditos consignados junto ao Banco Bradesco S.A. O saldo contabilizado em 31.12.2022 foi de R\$ 24.043,21. **3.16 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que em um primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. **3.17 - Convênios/Contratos públicos a realizar (Circulante e não Circulante):** De acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, Item 15A e ITG 2002- R1- Entidades sem Finalidades de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos em Convênios com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do Convênio, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2022 representa R\$ 12.947.758,47. **3.18 - Contingências Passivas:** No exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2022, a unidade gerenciada acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Para ações em que a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 290.809,54. No exercício de 2022 não houve contingências passivas, nas esferas cível e Tributária.

permanente, a unidade gerenciada efetua contratação de seguros, em valores considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6 - Estoques:** Os estoques de materiais foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais de conservação e consumo, higiene e gêneros alimentícios. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2022 é de R\$ 122.014,14.

Tipo	Valores em Reais	
	31.12.2022	31.12.2021
Materiais de Nutrição	11.648,81	11.403,07
Materiais de Farmácia	1.030,66	2.048,81
Materiais de Almoxarifado	109.565,55	155.000,83
Materiais de Terceiros	27.533.286,76	13.630.640,70
Total	27.655.531,78	13.799.093,41

3.6.1 - Estoques de Terceiros: Os estoques de Terceiros são compostos exclusivamente por medicamentos, os quais são fornecidos mensalmente a unidade gerenciada através da Secretária da Saúde do Estado de São Paulo para armazenamento e dispensação, a fim de que seja executado o objeto do Convênio firmado entre as partes. Esses medicamentos são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. No exercício de 2022 esses medicamentos correspondem ao valor de R\$ 27.533.286,76 (Conforme evidenciado no quadro acima). **3.7 - Imobilizado - Bens De Terceiros:** O imobilizado de uso da unidade gerenciada NGA Várzea do Carmo é composto por bens de terceiros, fruto de aquisição realizada com recursos de Convênios para os quais possuímos documentação de cessão de uso sendo classificados de modo a atender a legislação atual.

Descrição	Posição em 31/12/2021		Posição em 31/12/2022	
	Baixa	Ajuste de Vida Útil	Baixa	Ajuste de Vida Útil
SPDM - Nucleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo				
Passivas				
Provável	0,00	0,00	0,00	0,00
Possível	290.809,54	0,00	0,00	0,00
Remota	0,00	0,00	0,00	0,00
3.19 - Outros Ativos e Passivos:				
Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. 3.20 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. 4 - Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. 4.1 - Receitas Operacionais: Os recursos públicos obtidos através Convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento dos Convênios. 4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição: Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2022 tais valores representam o montante de				

Passivas	Posição em 31/12/2021		Posição em 31/12/2022	
	Baixa	Ajuste de Vida Útil	Baixa	Ajuste de Vida Útil
SPDM - Nucleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo				
Passivas				
Provável	0,00	0,00	0,00	0,00
Possível	290.809,54	0,00	0,00	0,00
Remota	0,00	0,00	0,00	0,00

4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição: Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2022 tais valores representam o montante de

8 - Relatório de Execução do Convênio

Relatório de Execução do Convênio 2022 - Várzea do Carmo	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
	Proposta	Alcançado	Proposta	Alcançado	Proposta	Alcançado
Linha de Contratação						
Medicamentos Distribuídos - Total	-	5.917.824	-	6.341.385	-	12.259.209
Atendimentos Presencial - Total		94.285		100.693		194.978
Pacientes Atendimento Guichê	-	26.691	-	44.747	-	71.438
Pacientes Atendimento Triagem	-	21.082	-	19.311	-	40.393
Pacientes Atendidos Aplicativo "Remédio Agora"	-	46.512	-	36.635	-	83.147

(*) A meta proposta da linha de contratação, trata-se de estimativa de atendimento, que pode sofrer incremento ou decremento, haja vista a característica dos serviços da Unidade de Farmácia, que permite a demanda espontânea de pacientes.

Relatório de Execução do Convênio 2022 - Guarulhos	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
	Proposta	Alcançado	Proposta	Alcançado	Proposta	Alcançado
Linha de Contratação						
Medicamentos Distribuídos - Total	-	3.380.510	-	3.505.895	-	6.886.405
Atendimentos Presencial - Total		80.906		94.842		175.748
Pacientes Atendimento Guichê	-	57.836	-	71.274	-	129.110
Pacientes Atendimento Triagem	-	23.070	-	23.568	-	46.638

(*) A meta proposta da linha de contratação, trata-se de estimativa de atendimento, que pode sofrer incremento ou decremento, haja vista a característica dos serviços da Unidade de Farmácia, que permite a demanda espontânea de pacientes.

R\$ 25.848,10. **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da unidade gerenciada e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais por sua vez estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregadas, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3 - Doações Recebidas em Bens e Mercadorias:** No exercício de 2022 a unidade gerenciada recebeu o valor de R\$ 854,17 a título de doações em mercadorias, como máscaras descartáveis de proteção, álcool etílico, álcool em gel 70%INPM, Álcool 70% Antisséptico, com a finalidade de promover a prevenção e proteção dos seus colaboradores e pacientes no combate à pandemia do COVID- 19. **4.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a unidade gerenciada presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A unidade gerenciada realiza a contabilização de todos seus convênios atendendo à NBC TG 07(R2) - Subvenção e Assistência Governamentais e deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições da Norma. Nenhuma Assistência Governamental pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo.

No exercício de 2022, a unidade gerenciada recebeu através da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo Assistências Governamentais conforme quadro abaixo:

Número do Convênio	Convênios Vigentes em 2022		Valor Global (R\$)
	Natureza e Tipo de Verba	Vigência	
Convênio nº 055/2021	Custeio - Verba Estadual	31/03/2021 à 30/09/2023	R\$ 13.620.000,00
Total dos Convênios (Recebido)			R\$ 13.620.000,00

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". No entanto em 31.12.2016 a Entidade concluiu que não havia expectativas de recuperação para os valores auferidos a título de Valores em Negociação de Convênios, reconhecendo assim como perda, o valor de (R\$ 10.647.525,62) em conta específica (Ajustes de Exercícios Anteriores) do Patrimônio Líquido. No exercício de 2017 a Unidade recebeu recursos da SPDM (Entidade Mantenedora) o montante de R\$ 9.290.062,70, os quais foram registrados em conta específica (Transferências Recebidas) para fins de evidência contábil. Durante o exercício de 2018 a Unidade Gerenciada incorporou ao seu resultado recursos financeiros no montante de R\$ 582.149,82, os quais, foram utilizados para liquidação de passivos. Em 2020 os valores, que correspondem à um total de (R\$ 775.313,10), foram transferidos e registrados em conta específica do Patrimônio Líquido denominada "Superávit/Déficit de Exercícios Anteriores", uma vez que, eles foram absorvidos internamente pela Entidade, contribuindo assim com o seu equilíbrio financeiro. **6 - Resultado Operacional:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 13.620.000,00 (Treze Milhões e Seiscentos e Vinte Mil Reais); acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 51.409,79 (Cinquenta e Um Mil, Quatrocentos e Nove Reais e Setenta e Nove Centavos); e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de (R\$ 11.628.593,67) (Onze Milhões, Seiscentos e Vinte e Oito Mil, Quinhentos e Noventa e Três Reais e Sessenta e Sete Centavos); encerrando o exercício com um resultado superavitário no valor de R\$ 2.042.816,12 (Dois Milhões, Quarenta e Dois Mil, Oitocentos e Dezesseis Reais e Doze Centavos). **7 - Das Disposições da Lei Complementar 187 de Dezembro de 2021:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade com estabelecido na Lei Complementar 187/2021, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. I - Prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congêneros com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS.

A Unidade Gerenciada, apresentou em 2022 a seguinte produção:

Linha de Atendimento	Total
Medicamentos Distribuídos	19.145.614
Pacientes Atendidos em Farmácia de Alto Custo - Total	370.726
Pacientes - Atendimentos Triagem	87.031
Pacientes - Atendimentos Guichê / Presencial Alto Custo	200.548
Pacientes - Atendimentos Aplicativo "Remédio Agora"	83.147

Continuação 8.1 - Relatório de Execução Orçamentária

Relatório de Execução Financeira e Orçamentária - Exercício 2022		
Receitas	Custeio	Investimento
Repasse do Convênio	R\$ 13.620.000,00	-
Receitas Financeiras	R\$ 25.848,10	-
Outras Receitas	R\$ 25.561,69	-
Total das Receitas	R\$ 13.671.409,79	
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	R\$ 8.565.193,02	-
Serviços de Terceiros	R\$ 2.625.646,51	-
Materiais e Medicamentos	R\$ 264.607,17	-
Outras Despesas	R\$ 173.146,97	-
Total das Despesas	R\$ 11.628.593,67	

9 - Contribuições Sociais: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar Nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal

usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2.019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as isenções usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2022 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 2.201.492,85 (Dois Milhões, Duzentos e Um Mil, Quatrocentos e Noventa e Dois Reais e Oitenta e Cinco Centavos). **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei Complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2022, da Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em contas específicas no montante de R\$ 1.788.482,18 (Um Milhão, Setecentos e Oitenta e Oito Mil, Quatrocentos e Oitenta e Dois Reais e Dezoito Centavos). Em 2021, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou o valor de R\$ 1.846.839,70 (Um Milhão, Oitocentos e Quarenta e Seis Mil, Oitocentos e Trinta e Nove Reais e Setenta Centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Em 2022, a Entidade usufruiu da referida isenção, a qual encontra-se registrada em contas específicas no montante de R\$ 3.164,00 (Três Mil, Cento e Sessenta e Quatro Reais). Em 2021 por não haver o pagamento desses serviços, a unidade gerenciada não usufruiu de tal isenção. **9.3 - Isenção da Contribuição para o**

Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2022 foi de R\$ 344.617,41 (Trezentos e Quarenta e Quatro Mil, Seiscentos e Dezessete Reais e Quarenta e Um Centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2021, esse montante foi de R\$ R\$ 342.139,76 (Trezentos e Quarenta e Dois Mil, Cento e Trinta e Nove Reais e Setenta e Seis Centavos). **9.4 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento:** A Entidade usufruiu da isenção do Programa Integração Social (PIS) sobre folha de pagamento no ano 2022 o montante de R\$ 65.229,26 (Sessenta e Cinco Mil, Duzentos e Vinte e Nove Reais e Vinte e Seis Centavos). Em 2021 esse montante foi de R\$ 66.493,36 (Sessenta e Seis Mil, Quatrocentos e Noventa e Três Reais e Trinta e Seis Centavos). **10 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade. A instituição possui apenas um tipo de trabalho voluntário, sendo o trabalho dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntários. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselheiros, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Em 2022, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.215,21; em 2021 estes valores apurados foram de R\$ 1.908,86. Em 2022 não houve outros trabalhos voluntários na unidade gerenciada. **11 - Exercício Social:** Conforme estabelece o Art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2.022.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira
Diretor-Presidente da SPDM

Dr. Luiz Fernando Haigaj Djabraian
Diretor Técnico

Aline Fernanda dos Santos V. Custódio
Contadora - CRC 1SP 298438/O-8

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 31 de março de 2023.

Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3
Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718

Dedini S.A. Administração e Participações e Controladas

CNPJ: 54.360.912/0001-01

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		2022	2021	2022	2021									
Ativo Circulante		183	181	1.476	2.144									
Caixa e equivalentes de caixa	9	24	22	71	82	Saldos em 1º de janeiro de 2021	60.888	22	84.268	147.310	(779.662)	(487.174)	(6.702)	(493.876)
Contas a receber de clientes	10	-	-	191	117	Realização da reserva de reavaliação	-	-	(299)	-	299	-	-	-
Estoques	11	54	54	54	360	Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(6.402)	6.402	-	-	-
Impostos a recuperar	12	1	1	715	1.147	Resultado do exercício	-	-	-	-	(16.078)	(16.078)	(169)	(16.247)
Despesas antecipadas	-	-	-	1	1	Saldos em 31 de dezembro de 2021	60.888	22	83.969	140.908	(789.039)	(503.252)	(6.871)	(510.123)
Outros créditos	14	104	104	444	437	Saldos em 1º de janeiro de 2022	60.888	22	83.969	140.908	(789.039)	(503.252)	(6.871)	(510.123)
Não circulante		34.137	35.217	432.546	443.165	Realização da reserva de reavaliação	-	-	(383)	-	383	-	-	-
Realizável a longo prazo:		22.769	21.482	209.094	204.265	Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(8.616)	8.616	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	1.244	1.752	Resultado do exercício	-	-	-	-	(53.147)	(53.147)	(377)	(53.524)
Mútuo financeiro	13	16.742	15.450	118.123	111.012	Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.888	22	83.586	132.292	(833.187)	(556.399)	(7.248)	(563.647)
Impostos a recuperar	12	-	-	346	346	Demonstração de Resultados								
Depósitos judiciais	15	2	111	124	2.002	Receita	29	-	5.374	17.197	-	3.835	(65)	30.059
Outros créditos	14	6.025	5.921	89.257	89.153	Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	30	-	(14.319)	(20.398)	-	-	3	28
Investimentos	17	1.096	1.085	430	442	Prejuízo bruto								
Propriedades para investimento 18 e 19	10	10.160	12.538	148.070	151.363	Despesas de vendas	30	-	(22)	(96)	-	-	-	-
Imobilizado	20	-	-	74.774	86.917	Despesas administrativas	30	(398)	(379)	(3.169)	(1.963)	-	-	-
Intangível	21	112	112	178	178	Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	31	(13.113)	(386)	(16.052)	(780)	151	(103)	80
Total do ativo		34.320	35.398	434.022	445.309	Resultado da equivalência patrimonial	17	11	90	-	-	-	-	155
Passivo e patrimônio líquido Circulante		46.335	40.553	549.139	540.416	Provisão para perdas de investimentos	17	(36.467)	(15.465)	-	-	(1.178)	318	(2.224)
Empréstimos e financiamentos	22	-	-	648	567	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos								
Fornecedores	23	8	96	684	1.404	Receitas financeiras	32	1.285	851	8.767	7.249	-	-	306
Adiantamentos de clientes	13	63	287	287	320	Despesas financeiras	33	(5.122)	(787)	(38.858)	(20.978)	-	3	28
Impostos e contribuições a recolher	24	43.591	40.247	225.800	221.405	Financeiras líquidas								
Parcelamento de impostos	25	110	109	307.580	305.596	Resultado antes dos impostos	(53.804)	(16.076)	(58.279)	(19.769)	-	11	(5)	122
Outros parcelamentos de impostos	26	-	-	11.031	10.535	IR e contribuição social correntes	16	-	(3)	(3)	(28)	(50)	50	(33)
Salários e férias a pagar	35	24	474	474	352	IR e contribuição social diferidos	16	657	1	4.758	3.550	12.192	(2)	12.024
Outras contas a pagar	2.578	14	2.635	237	237	Resultado do exercício								
Não circulante		544.384	498.097	448.530	415.016	Resultado atribuível aos:								
Empréstimos e financiamentos	22	-	-	610	1.257	Acionistas controladores	(53.147)	(16.078)	(53.147)	(16.078)	-	-	-	-
Fornecedores	23	502	574	880	1.007	Acionistas não controladores	-	-	(377)	(169)	-	-	-	-
Parcelamento de impostos	25	768	770	50.775	52.761	Resultado do exercício								
Outros parcelamentos de impostos	26	-	-	3.675	3.986	Demonstrações do Resultado Abrangente								
Mútuo financeiro	13	19.357	18.434	298.320	266.807	Resultado do exercício	(53.147)	(16.078)	(53.524)	(16.247)	-	-	-	-
Provisão para perdas com investimentos em controladas	17	512.331	475.864	-	-	Resultado abrangente total								
Provisão	27	-	-	11.796	11.593	Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto								
Passivos fiscais diferidos	16	1.619	2.276	72.667	77.425	Fluxos de caixa das atividades operacionais	(53.147)	(16.078)	(53.524)	(16.247)	-	-	-	-
Outras contas a pagar	9.807	179	9.807	180	180	Resultado do exercício								
Patrimônio líquido		28 (556.399)	(503.252)	(563.647)	(510.123)	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais								
Capital social	60.888	60.888	60.888	60.888	60.888	Depreciação e amortização	3	4	10.996	11.624	-	-	-	-
Reservas de capital	22	22	22	22	22	Baixa líquida do ativo imobilizado e intangível	-	-	1.900	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	83.586	83.969	83.586	83.969	83.969	Baixa de investimentos não realizáveis	-	-	12	-	-	-	-	
Ajuste de avaliação patrimonial	132.292	140.908	132.292	140.908	140.908	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(151)	103	(154)	95	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(833.187)	(789.039)	(833.187)	(789.039)	(789.039)	Resultado da equivalência patrimonial	(11)	(90)	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		(556.399)	(503.252)	(556.399)	(503.252)	Provisão para perdas de investimentos	36.467	15.465	-	-	-	2	9	(11)
Participação de não controladores		-	-	(7.248)	(6.871)	Total do passivo								
Total do passivo		590.719	538.650	997.669	955.432	Total do passivo e do patrimônio líquido								
Total do passivo e do patrimônio líquido		34.320	35.398	434.022	445.309									

Giuliano Dedini Ometto Duarte - Diretor-Presidente; Marcos Dedini Ricciardi - Diretor Vice-Presidente; Juracy Roberto Sarto - CT CRC 1SP185620/O-4
As Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas, foram publicadas na edição de 28/04/2023, no jornal A Tribuna Piracicabana e encontram-se na íntegra à disposição dos acionistas na sede da Companhia.